

ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIAIS DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS COMO INSTRUMENTO DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Karine Stangherlin¹

Paula Regina Zarelli²

Pedro Prando da Silva³

Resumo: O empreendedorismo social procura, além de produzir bens e serviços para a comunidade regional, contribuir com a busca de soluções para problemas sociais e de inclusão. Neste cenário, o presente artigo objetiva identificar o perfil socioeconômico de catadores de materiais recicláveis, como instrumento de apoio ao empreendedorismo social e análise de indicadores sociais. Por meio de estudo de caso, delineamento não experimental e corte transversal, a amostra da pesquisa considerou os catadores de materiais recicláveis da Associação dos Catadores de Papel de Francisco Beltrão - Paraná. Os principais resultados do estudo identificam um conjunto de indicadores sociais para garantir aproximação com a realidade social do público escolhido.

Palavras-chave: Empreendedorismo Social; Catadores de Materiais Recicláveis; Indicadores Sociais.

Abstract: Social entrepreneurship seeks, in addition to generating goods and services for a regional community, with a search for solutions to social and inclusion issues. In this scenario, this article aims to identify the socioeconomic profile of recyclable waste pickers as an instrument to support social entrepreneurship and analysis of social indicators. Through the case study, non - experimental design and cross - section, a research sample was carried out with the collectors of recyclable materials from the Francisco Beltrão – Paraná – Brazil Pickers Recycable Materials Association. The study results are a set of social indicators to ensure the approximation with the social reality of the chosen public.

Keywords: Social Entrepreneurship; Pickers Recyclable Materials; Social Indicators.

¹Engenheira Ambiental. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: karine.stangherli@gmail.com, Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4959797129347110>

². Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento – UFSC. Professora do Magistério Superior – UTFPR. E-mail: przarelli@gmail.com. Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3728369712114321>

³Acadêmico de Engenharia Ambiental. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: pedrosilva.2016@alunos.utfpr.edu.br. Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5741162126010921>

Introdução

O empreendedorismo social ainda é visto como algo novo, mas evidencia-se nas definições a menção de pensadores como Luther King e Gandhi, sendo assim o princípio do empreendedorismo social já existe há muito tempo. A compreensão vem de encontro com a crescente participação das empresas sobre os problemas sociais (OLIVEIRA, 2004). Destacam-se algumas características que abrangem de forma geral o conceito e a prática do empreendedorismo social, segundo Melo Neto e Froes (2002), sendo elas: (i) coletividade e integração; (ii) produzir bens e serviços para a comunidade, local e global; (iii) buscar soluções para problemas sociais e para as necessidades comunitárias; (iv) medidas de desempenho baseando-se no impacto e transformação social; e, (v) visa resgatar pessoas de situações de risco social e promovê-las, além de gerar capital social, inclusão e autonomia social. Junto à esse conceito, incluem-se os catadores de materiais recicláveis, como exemplo de pessoas em situação de risco social.

Estima-se que existam no Brasil mais de 500 mil catadores de material reciclável. A profissão foi reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2002, contudo o reconhecimento profissional não veio de encontro com o reconhecimento social (Medeiros; Macêdo, 2006). A condição de vida desses colaboradores normalmente encontra-se de baixa qualidade, muitos não possuem vínculo empregatício, possuem uma renda bruta muitas vezes inferior a um salário mínimo, ainda não estão inseridos no Sistema de Gestão de Resíduos e atuam muitas vezes em condições precárias de saneamento.

Enfatiza-se que as atividades de catação ocorrem devido ao baixo nível escolar, condições de desemprego, dificuldade de inserção no mercado de trabalho limitada as opções, o que leva a caminhos da exclusão social (CAVALCANTE, 2007). Seguente ao elevado número de colaboradores sem vínculo empregatício formal, muitos habitam no ambiente de trabalho informal e envolvem todos os membros familiares nesta, hoje, profissão (COCCO, 2010).

Visto esta problemática, estudos na área começaram a ser desenvolvidos. A realização de encontros e congressos resultaram na criação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), 1999 foi marcado pelo Primeiro Encontro Nacional de Catadores de Papel e em 2001 ocorreu o Primeiro Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, em Brasília (COMISSÃO NACIONAL DO MNCR, 2017).

Assim deu-se início a temática e as discussões sobre o assunto. O grande desafio está no incentivo do empreendimento social para a situação dos catadores de materiais recicláveis, e ainda, sobre a visibilidade e valorização da profissão. Quais as ideias e ações que podem contribuir para a transformação social dessa classe? Quanto eles contribuem para o desenvolvimento regional? Vale refletir sobre a importância destes colaboradores para com a sociedade e o meio ambiente.

Na cadeia produtiva de reciclagem os menos beneficiados são os catadores. Segundo Almeida, Elias, Magalhães e Vieira (2009) e Silva (2007), a composição do quadro de colaboradores em maioria é composto por mulheres de baixa escolaridade. A relevância dessa profissão, pouco vista pela população, acaba por não dar o devido reconhecimento para esse profissional, desmotivando-o, vindo a ocasionar o agravamento da exclusão social.

O mercado da reciclagem é caracterizado como oligopsônio, onde há um pequeno número de compradores que determinam o preço da compra (BOSI, 2008). As associações são caracterizadas pela propriedade coletiva, a democratização das formas de organização e a coletivização dos lucros (KEMP, 2001; SINGER, 2003). A profissão de catador tem sido considerada por Medeiros e Macedo (2006), Carneiro e Correia (2008) e Bortoli (2009) como uma alternativa de emprego e renda.

Ainda que essas associações busquem a defesa de direitos e o aumento da renda dos catadores, Medeiros e Macedo (2006) afirmam que o maior problema em relação ao empreendedorismo social, para este setor, está na baixa remuneração. Os colaboradores chegam a rendimentos de menos de um salário mínimo (CASTILHOS Jr. *et al.*, 2013).

Devido à baixa lucratividade esses empreendimentos apesar de possuírem cunho social ainda não oferecem proteção social a seus associados (ARANTES; BORGES, 2013). Essa também é uma das justificativas para a rotatividade que ocorre nas associações/cooperativas. É comum os catadores deixarem as atividades de reciclagem quando encontram outro trabalho (MOISÉS, 2009). Isso demonstra como a profissão não está adequada à visão social da comunidade, a falta de reconhecimento e as condições precárias de trabalho os fazem optar por outra alternativa assim que possível.

Para além dessas dificuldades, Barros e Pinto (2008) consideram que as iniciativas de economia solidária não seriam apenas uma maneira de proteção contra o desemprego, mas também permitiriam uma nova significação da autoimagem dos catadores. Melhorando a autoestima e resgatando significados deste trabalho tão importante para a manutenção do saneamento de uma região no aspecto de gerenciamento e tratamento dos resíduos sólidos, garantindo o desenvolvimento regional, além da geração de empregos, contudo nas questões ambientais e de saúde local.

Os indicadores utilizados nesta pesquisa informam sobre a qualidade de vida das famílias, apresentam as condições e a situação habitacional, o número de membros residentes e o nível de escolaridade. Assim podem-se realizar inferências de caráter qualitativo sobre as condições encontradas, as expectativas dos grupos familiares associadas: à escolaridade; ocupações profissionais; a estratégia de mobilidade social; além de analisar o nível de bem-estar social desses (GRACIANO; LEHFELD, 2010).

Desta maneira, os resultados desse conjunto de indicadores caracterizam o perfil mais geral de nossa economia e nossa sociedade, e ainda

serve de instrumento como mecanismo de pesquisa possibilitando maior ciência e aproximação sobre essa realidade social (GRACIANO; LEHFELD, 2010).

Visto as condições e relevâncias das atividades realizadas pelos catadores, bem como o contexto visualizado pelo tema do estudo, o presente artigo tem como identificar o perfil socioeconômico de catadores de materiais recicláveis, como instrumento de apoio ao empreendedorismo social e análise de indicadores sociais.

Desenvolvimento Regional

O conceito de desenvolvimento não está somente relacionado à aspectos restritos como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ou outro tipo de indicador de renda nacional, como aspectos tecnológicos inovativos ou até mesmo a industrialização (CORREIA; SILVA; BRECIANI, 2011). Mas também ao grau de liberdade das pessoas e ao acesso a uma melhor qualidade de vida. Sen (2003) enfatiza que o desenvolvimento deve pressupor a eliminação da pobreza e da tirania, da escassez de oportunidades econômicas e das privações sociais, do abandono em que podem ser encontrados os serviços públicos, obstáculos à liberdade.

O desenvolvimento regional, de forma frequente, é resultante da relação entre o desenvolvimento endógeno e exógeno, possuindo como base a associação dos diversos agentes sociais e seus interesses. Podendo ter um alcance estratégico em outras esferas, além da local (FISCHER; MAC-ALLISTER, 2009; CORREIA; SILVA; BRECIANI, 2011).

Junqueira (2000) e Buarque (2006) afirmam que o desenvolvimento regional se torna sustentável quando são levados em conta aspectos como a mobilização e exploração das potencialidades locais. Elevando assim, as oportunidades sociais e contribuindo para a viabilidade e competitividade da economia local/regional, tendo como ponto de partida a conservação dos recursos naturais locais (CORREIA; SILVA; BRECIANI, 2011).

Sob uma perspectiva sistemática, Boisier (1996), fundamenta seus argumentos sob as interferências entre as dimensões micro e macro. Na perspectiva macro as tendências políticas mundiais geram modificações na geografia política. Por outro lado, na perspectiva micro o autor assegura que se reconhece cada vez mais o desenvolvimento do ambiente como fator influenciador nas ações de cada indivíduo (INÁCIO, 2013).

Busca-se, por meio desta abordagem, tratar os conceitos atribuídos ao desenvolvimento não somente focado nos aspectos econômicos. Envolvendo também, questões sociais e ambientais, consideradas, atualmente, como dimensões inseparáveis (SACHS, 1986, 2004; PEREIRA, 2002).

Para mensuração de aspectos atrelados à qualidade de vida, tem-se como exemplo o Irbem, Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município, que é específico para a cidade de São Paulo. Uma iniciativa lançada em junho

Revbea, São Paulo, V. 15, Nº 3: 143-162, 2020.

de 2009 pela organização Movimento Nossa São Paulo, qual objetiva “orientar ações de empresas, organizações, governos e toda a sociedade, considerando como foco principal o bem-estar das pessoas” (MOVIMENTO NOSSA SÃO PAULO, 2010).

Correlato a isso, ao tratar da vulnerabilidade e do acesso aos direitos básicos, está nítido que a condição de qualidade de vida da população apresenta traços de ausência de garantias sociais. É fato que uma parcela relevante da população sobrevive em condições de extrema pobreza. Em sua maioria por conta da ausência da garantia de acesso aos serviços sociais básicos, em que o quadro de desproteção social impacta em um público sem acesso aos serviços de saúde, educação, assistência social, entre outros (KOWARICK, 2009).

Desenvolvimento Regional Sustentável - DRS

O desenvolvimento centrado na sustentabilidade proporciona novas perspectivas e implicações neste campo de pesquisa no século XXI (SACHS, 2004; JACOBI, 2003). A partir disso, nota-se uma relevante agregação a esfera da sustentabilidade e sua aplicabilidade, que norteiam discussões diversas a respeito do desenvolvimento sustentável (BRITTO, 2011; INÁCIO, 2013).

O processo de percepção do desenvolvimento regional sustentável (DRS) consiste em uma evolução de pensamento (GONÇALVES, 2005), representando uma forma de alcançar o crescimento econômico com o aumento da equidade social e preocupação ambiental (SANTOS, 2005; BRITTO, 2011).

O DRS pressupõe a qualidade de vida da população, a eficiência da economia e uma gestão pública que seja eficiente, conforme mostra a Figura 1 (BUARQUE, 2006).



Figura 1: Pilares e premissas do desenvolvimento regional sustentável.

Fonte: Buarque (2006, p.28).

Considerando os três pilares que norteiam o desenvolvimento regional: a governança, a organização da sociedade e a distribuição de ativos sociais, (BUARQUE, 2006). O processo de DRS presume que a governança seja o regulador no que diz respeito à gestão pública e à eficiência econômica na medida em que os investimentos sejam de maior qualidade e mais bem aplicados (CORREIA; SILVA; BRECIANI, 2011).

Em relação às estratégias de DRS, tem-se a pesquisa realizada por Moura et al. (2002), a qual foram identificadas algumas que revelam a importância destas para o processo de desenvolvimento do país.

Quadro 1: Iniciativas de desenvolvimento local/regional sustentável.

Desenvolvimento Local Sustentável (DLS)		
Difusor	Definição	Bases Metodológicas
Pnud e Sudene	Processo que se preocupa essencialmente com a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população local, a conservação do meio ambiente e a participação ativa, organizada e democrática da população, de forma consciente, para que possa por si própria garantir a sua sustentabilidade e continuidade do processo (COUTO, 2000 apud MOURA et al, 2002, p. 3).	Organização social (geração de capital social); Empreendedorismo (criatividade e competências coletivas e individuais vinculadas às oportunidades e à vocação local); Gestão Social (sociedade deve gerir seus recursos de forma participativa e responsável, identificar seus problemas e gerar soluções); Parcerias e articulação das instituições públicas; Capacitação/educação para melhoria dos níveis educacionais e da capacidade produtiva; e Comunicação e informação permanentes.
GTZ (Programa Prorenda)	Processo de melhoria da qualidade de vida que depende de uma complexa, demorada e contínua interação entre fatores econômicos, políticos, sociais e culturais para acontecer e da lenta e gradual formação do capital social (BROSE, 2000 apud MOURA et al, 2002, p. 3).	Inclusão social; Fortalecimento da economia local; Inovação na gestão pública; Gestão ambiental e uso racional dos recursos; Mobilização social (ativa participação cidadã).
Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)		
Difusor	Definição	Bases Metodológicas
Governo federal (Programa Comunidade Ativa e Sebrae)	Forma de promoção de desenvolvimento focada na sustentabilidade das comunidades, capazes de: suprir suas necessidades imediatas; diagnosticar e incentivar suas vocações locais; fomentar o intercâmbio externo tendo em vista suas vocações (COMUNIDADE ATIVA, 1999 apud MOURA et al, 2002, p. 3).	Parcerias entre Estado e sociedade; Ações multissetoriais integradas convergentes; Capacitação para a gestão; Diagnóstico e planejamento participativos; Articulação da oferta pública de programas com a demanda social local; Monitoramento e avaliação e Fomento ao empreendedorismo.

Fonte: Moura et al. (2002, p. 3).

Revbea, São Paulo, V. 15, Nº 3: 143-162, 2020.

Destaca-se o fato de que, enquanto o modelo denominado “Desenvolvimento Local Sustentável” tem uma abordagem mais completa relacionando aspectos ambientais e sociais, o modelo “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável” volta-se somente às questões sociais, políticas e institucionais como fatores preponderantes a sua ação (MOURA et al., 2002). Os autores, ainda, afirmam que esta ênfase é explicada pelo direcionamento dado aos modelos de desenvolvimento local/regional, que possuem em seu cerne a necessidade de combate à pobreza (CORREIA; SILVA; BRECIANI, 2011).

Empreendedorismo Social

Existem diversas conceituações de empreendedorismo social e vários trabalhos foram desenvolvidos no sentido de definir e conceitualizar esse termo (GRANADOS et al., 2011). Assim surgem os sub-conceitos originados de uma gama de definições. Mesmo não havendo um consenso sobre a definição de empreendedorismo social (CHOI; MAJUMDAR, 2014), Peredo e Mclean (2006) trazem uma abordagem considerada adequada como definição, possuindo 5 grandes características. Desta forma, o empreendedorismo social é exercido por uma pessoa ou um grupo que: (i) almeja(m) criar valor social; (ii) reconheça(m) e aproveita(m) as oportunidades em criar valor; (iii) emprega(m) a inovação; (iv) dissemina(m) o valor social; e (v) possua(m) característica audaz e engenhosa por ativos escassos na busca do empreendimento social.

O valor social pode ser compreendido como o valor gerado para a sociedade através da solução de um problema social ou pela resposta a necessidades sociais (ALVÖRD; BROWN; LETTS, 2004) e é uma condição necessária para o empreendedorismo social (CHOI; MAJUMDAR, 2014). No entanto, como os empreendedores sociais também são atores econômicos da sociedade, assim também necessitam capturar receitas para manter a criação de valor social (SANTOS, 2012). Portanto o empreendedorismo social requer uma combinação do viés do bem-estar social e do viés econômico (LUBBERRINK *et al.*, 2017).

Mair, Battilana e Cardenas (2012), exploraram como empreendedores sociais os resultados da inovação social e quais as mudanças associadas a essa inovação. Enquanto Zahra et al. (2009), conceituou três tipos de empreendedores sociais, classificando-os em: (i) ‘bricoleurs sociais’, descobrem e respondem às necessidades sociais locais e de pequena escala; (ii) ‘construcionistas sociais’, descobrem e investigam as oportunidades de responder clientes carentes, para posteriormente introduzir inovações em sistemas sociais mais amplos; e (iii) ‘engenheiros sociais’, os quais, descobrem problemas sistêmicos que exigem grandes mudanças, eliminam o sistema atual e substituem por um novo.

Newth e Woods (2014) caracterizam os empreendedores sociais em dois grupos. Os ‘empreendedores sociais visionários rígidos’ que agem mais

como 'engenheiros sociais' do conceito de Zahra *et al.* (2009), prezam pela legitimidade social e política, e trabalham para que suas inovações não se tornem resistências. Advindas de normas, regras ou crenças socioculturais que divergem de um inovador social. E os 'empreendedores sociais visionários de negociação' que possuem facilidade em identificar e abordar os problemas sociais, bem como implementar a inovação. Baseiam-se no princípio de desenvolver uma solução em conjunto com outras partes interessadas e a tomada de decisão também os envolvem. O conjunto de opiniões aqui se sobressai as normas, valores e crenças do inovador social.

Ao que os diferem, pode-se explicar que os visionários rígidos não mudam ou refinam suas decisões, atuam conforme o planejado e os resultados finais são os que eram esperados desde o princípio. Enquanto os visionários negociadores são mais flexíveis e receptivos, seus resultados podem variar em função das mudanças ao longo do planejamento inicial e não resultem nos inicialmente previstos (LUBBERRINK *et al.*, 2017).

Em comum os inovadores possuem uma visão ampla e direcionam-se por decisões deliberadas, com intenções claras seguidas de ações (WADDOCK; STECKLER, 2016). Visam a transformação de ideias inovadoras em soluções inovadoras que resolvam problemas sociais ou pressionam necessidades sociais, muitas vezes são acompanhadas de mudanças sociais (LUBBERRINK *et al.*, 2017).

Indicadores Sociais

Os indicadores sociais são dados sobre a sociedade que servem para realizar diagnósticos, geralmente quantitativos, sobre uma realidade social e as mudanças sociais. Visando a formulação, monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas, ainda para investigações acadêmicas sobre mudanças sociais e determinantes fenômenos sociais (JANNUZZI, 2005). Bem como, podem ser utilizados para caracterizar uma situação de carência social e posteriormente possa ser utilizado como referência para os empreendedores sociais implementarem ações, melhorando esta condição.

O surgimento dos indicadores sociais deu-se ao longo do século XX, ligados à consolidação das atividades de planejamento do setor público (BAUER, 1967; BUSTELO, 1982). Em meados dos anos 1960 constituíram-se de um corpo científico para sistemas de acompanhamento de transformações sociais e verificação do impacto das políticas sociais. Com essas informações houve evidências de que havia divergências entre o crescimento econômico e a melhoria das condições sociais em países de Terceiro Mundo, desta forma, constatou-se que o crescimento econômico não era suficiente para garantir o desenvolvimento social (JANNUZZI, 2005).

Os sistemas de informações nacionais dedicaram-se a criar metodologias e instrumentos de medição para coletar dados. Havia confiança de que com uma abrangente gama de indicadores sociais os governos

Revbea, São Paulo, V. 15, Nº 3: 143-162, 2020.

pudessem melhor orientar suas ações, proporcionar crescente bem-estar social e alcançar o desenvolvimento econômico (BAUER, 1967). Informações sociodemográficas são amplamente solicitadas para a tomada de decisão, muito utilizadas para (JANNUZZI; PASQUALI, 1999):

- a. Subsidiar a elaboração de planos diretores de desenvolvimento urbano e planos plurianuais de investimentos;
- b. Avaliar os impactos ambientais decorrentes da implantação de grandes projetos;
- c. Justificar o repasse de verbas federais para a implementação de programas sociais;
- d. Atender à necessidade de disponibilizar equipamentos ou serviços sociais para públicos específicos, por exigência legal ou por pressão política da sociedade local.

Os indicadores sociais possuem a função de orientar e auxiliar na definição de prioridades e assim buscar uma interpretação clara que contribui com a implementação de ações sociais (JANNUZZI, 2005). Esses indicadores sociais abrangem um grande leque de informações que podem ser aplicados a diversas áreas de intervenção. Há indicadores de saúde, educacionais, de mercado de trabalho, demográficos, habitacionais, de segurança pública e justiça, de infraestrutura urbana, de renda e desigualdade, entre outros. Aqueles que agregam várias temáticas são denominados 'sistemas de indicadores sociais', como os socioeconômicos, de condição de vida, de qualidade de vida, de desenvolvimento humano ou ambiental (UM, 1988).

É relevante para a análise das informações, classificar os diferentes indicadores sociais conforme a natureza da indicação. Carley (1985) classificou os indicadores como: (i) de recurso (indicador-insumo), correspondem às medidas associadas à disponibilidade de recursos humanos, financeiros ou de equipamentos, tipicamente utilizados para a alocação de recursos nas diversas áreas de política social; (ii) realidade empírica (indicador-produto), os mais vinculados às dimensões da realidade social, associados às variáveis de processos complexos como a expectativa de vida ao nascer, proporção de crianças fora das escolas, nível de pobreza, estes relatam a situação e/ou verificam os resultados das políticas aplicadas; (iii) de processo (indicador-processo), são indicadores intermediários que utilizam dos indicadores-insumo e indicadores-produto para a obtenção de melhorias efetivas de bem-estar social, como número de consultas pediátricas por mês ou merendas distribuídas diariamente por aluno.

A implementação de um programa social requer indicadores específicos, normalmente complexos. De forma a garantir as melhores decisões, que possam ser acompanhadas para verificar a eficiência das ações quanto às mudanças sociais ocasionadas. A disponibilidade de inúmeros indicadores sociais válidos aumenta a perceptiva e potencializa acertos na tomada de decisão (JANNUZZI, 2005).

Metodologia

A pesquisa foi realizada na Associação dos Catadores de Papel de Francisco Beltrão – PR, Ascapabel. A associação foi fundada em 20 de outubro de 1995 por Assembleia Geral. Possui cerca de 150 colaboradores contabilizados sobre todo o processo produtivo, desde a coleta até a comercialização dos materiais recicláveis ou reutilizáveis. Atualmente a Ascapabel realiza a Coleta Seletiva dos resíduos secos e úmidos do município, atendendo 100% da malha urbana e 97,11% das áreas rurais.

O estudo teve início em outubro de 2018. A amostra contém 27 participantes, a partir de uma população de 60 catadores em média, conforme registros informados pela Associação. Os dados obtidos foram tabulados e representados em formas de gráficos. A quantificação foi realizada na forma de somatório, categorizando maiorias e minorias. As questões abertas foram discutidas de forma descritiva.

Para realizar os levantamentos socioeconômicos dos catadores de materiais reciclados e reutilizáveis do município de Francisco Beltrão, utilizou-se um questionário adaptado de Graciano e Lehfeld (2010). As questões para a classificação socioeconômicas receberam pontuação e levaram em consideração a renda bruta, número de membros da família, escolaridade, tipo de habitação e a satisfação da moradia e ocupação de trabalho.

Além disso, foram atribuídas perguntas abertas sobre a melhoria da qualidade de vida, transporte utilizado para locomoção, idade dos colaboradores, autodeclaração de cor, localização de moradia, estado civil, motivação e treinamento no trabalho e o tempo de atuação na profissão.

Para o Sistema de pontos de Classificação Econômica, atribuído o peso conforme as respostas e assim classificando os participantes entre 'Baixa Inferior (BI)', 'Baixa Superior (BS)', 'Média Inferior (MI)', 'Média Superior (MS)', 'Alta (AL)', (GRACIANO; LEHFELD, 2010).

Resultados e Discussões

A partir dos dados, a análise inicial ocorreu de forma conjunta, sendo que com os resultados obtidos através dos questionários, obteve-se como descrição amostral que a maioria dos colaboradores são do gênero feminino, 55,56%, como apresentado nos estudos de Almeida, Elias, Magalhães e Vieira (2009) e Silva (2007) e em outras pesquisas como de Soares (2014), Ferreira (2013), Amante (2013). A predominância de mulheres está relacionada ao tipo de trabalho exercido, responsáveis pelo processo de triagem. O trabalho braçal está relacionado frequentemente aos homens, no processo de coleta, assim compreendido por Wirth (2013).

A faixa etária dos colaboradores encontra-se na sua maioria entre 41 a 60 anos, representando 50%, de 26 a 40 anos, representado por 42%. Para a autodeclaração de cor obteve-se que a maioria dos colaboradores auto

Revbea, São Paulo, V. 15, Nº 3: 143-162, 2020.

declararam-se negros ou pardos, representando 71% dos entrevistados. A faixa etária acima de 40 anos pode ser compreendida pelo fato social de maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, que é mais atrativo para os jovens (JESUS, 2012).

Os resultados demonstraram que a grande maioria dos colaboradores residem no mesmo bairro que o do local de trabalho e nenhum reside em outra cidade. A grande maioria também possui casa própria e tem satisfação habitacional de regular para boa. Como já mencionado a profissão de catador caracteriza-se como uma profissão de baixa renda associada à baixa escolaridade vindo de encontro com a localização da moradia dos colaboradores.

Normalmente as associações de coletas de resíduos ou áreas industriais, tanto de resíduos quanto de qualquer outro ramo, estão localizadas nas extremidades das áreas de planejamento urbano. Desta forma, grupos familiares de renda baixa inferior tendem habitar locais que apresentam menor valorização imobiliária e distante dos centros. A satisfação habitacional pode estar relacionada ao fato de possuírem uma residência própria, algo que pode não ser uma realidade tão próxima a essas pessoas. A moradia está relacionada à questão de segurança, alimentação e proteção à família, ainda contribui para a percepção social (DUARTE, 2007).

Para os resultados do número de integrantes familiares obteve-se que 11 colaboradores possuem uma estrutura familiar de três a quatro membros, 9 de um a dois membros, 6 com cinco a seis membros e 1 apresentou de sete a oito membros familiares (Figura 2). Ao apresentar grande número de familiares, ocorre um decaimento sobre a divisão da renda e condições socioeconômicas, condições insalubres e superlotação da moradia (AQUINO *et al.*, 2015). Segundo dados do IBGE (2010) no Brasil a média de filhos da classe média alta é de 1,8 e nas classes mais baixas a média aumenta para 5,8 filhos. A estrutura familiar e a união estável são as mais prestigiadas formas de instituição privada, uma vez considerada a base da sociedade.

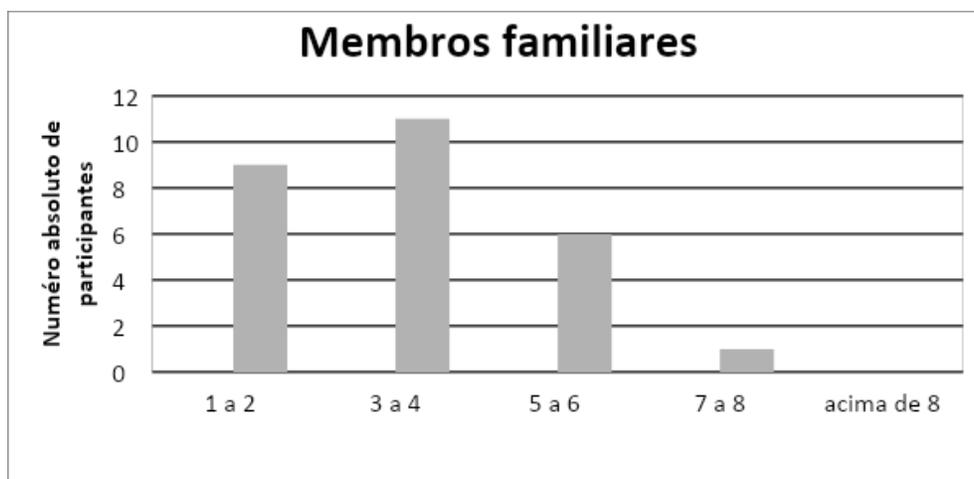


Figura 2: Gráfico do número de membros familiares dos colaboradores.

Fonte: Autoria própria (2018).

Para os dados de escolaridade dos membros da família atribui-se a somatória para aquele que possuía o maior nível de escolarização. Sendo assim, sete grupos familiares encontram-se no ensino fundamental ciclo I incompleto (até o 4º ano), seguidos de Ensino Médio incompleto ou fundamental completo e superior incompleto ou ensino médio completo, sendo seis para cada, resultados que convergem com os de Segundo Almeida, Elias, Magalhães e Vieira (2009) e Silva (2007). Ainda pode-se observar que nenhum membro familiar dos entrevistados possui ensino superior completo, isto possivelmente é resultado das dificuldades socioeconômicas enfrentadas por estes indivíduos sendo um impedimento investir em estudos específicos, limitando a qualificação profissional e a qualidade de vida.

Ainda sobre os grupos familiares os dados mostram que a grande maioria é trabalhador por conta própria sem empregados. Descritos como, autônomos, pedreiros, caminhoneiros, marceneiros, feirantes, cabeleireiros, taxistas, vendedores, entre outros. Um integrante familiar é profissional liberal autônomo, recebendo assim pontuação elevada dos demais para a classificação socioeconômica deste fator.

Como relatado pelos autores Medeiros e Macedo (2006), Carneiro e Correia (2008) e Bortoli (2009), a profissão de catador torna-se um complemento de renda familiar e assim pode-se compreender e afirmar as outras fontes de renda por conta própria e sem empregados, fornecendo serviços que visem lucros próprios e sem despesas organizacionais. Esse resultado também está relacionado à baixa escolaridade, tendo ciência que essas funções são predominantemente operacionais e não requerem um elevado nível escolar.

A maioria dos entrevistados recebem de meio a dois salários mínimos, o salário mínimo ao ano de referência de 2018, encontra-se em R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais). Um colaborador declarou receber de dois a quatro salários mínimos, possivelmente este possui outra fonte de renda, como obtido nos resultados em que um participante possuía outra fonte de renda. E sete entrevistados declararam receber até meio salário mínimo, para este caso deve-se verificar a quantidade de horas trabalhadas ou a forma de quantificação do trabalho realizado e a renda resultante (Figura 3).

Um estudo por Roos *et al.* (2010), realizado no oeste do Paraná, demonstrou que a realidade dos catadores de material reciclado é precária e que a maioria possui uma renda inferior a um salário mínimo, independentemente se os catadores pertenciam a uma associação ou se trabalhavam de forma autônoma. Montenegro (2011), diz que a classe de catadores se encontra em uma unidade, geralmente em organizações coletivas embrionárias (cooperativas e associações), cujas características marcantes destacam-se a exploração da força de trabalho e o subemprego.

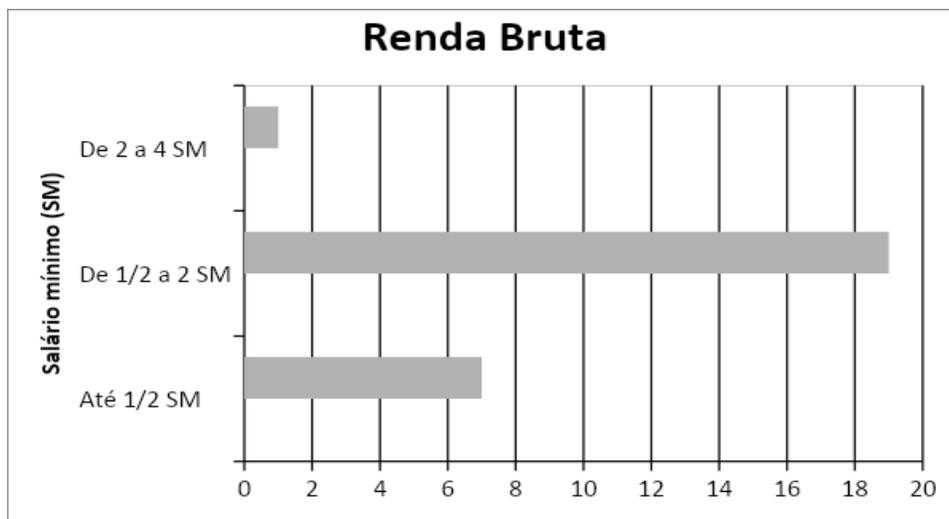


Figura 3: Gráfico do valor de renda bruta dos colaboradores entrevistados.

Fonte: Autoria própria (2018).

Os resultados entre a quantificação de salários e as condições habitacionais instigam como se pode explicar a baixa renda associada à moradia própria. Observar-se neste quesito a importância das políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida populacional. Está na Constituição Federal em seu art. 21 (inc. IX) que compete à União, Estados e Municípios a implementação de programas para construções de moradias e para melhoria das condições habitacionais e de saneamento. Programas que auxiliem no combate às causas da pobreza, promovendo integração social e garantindo o direito básico à moradia (HOLZ; MONTEIRO, 2008). Essas ações de cunho social contribuem diretamente na qualidade de vida e realização pessoal de seus desfrutadores. Como Rozman *et al.* (2008), constatou-se que possuir moradia própria, seja morando sozinho ou com a família, atribui maior qualidade de vida e satisfação pessoal.

Além disso, a maioria dos colaboradores se apresentam como os principais provedores de renda familiar e esses possuem uma única fonte de renda, a de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis. A maioria dos colaboradores está atuando na profissão há pouco tempo, de um a cinco meses, apenas três colaboradores possuem mais de dez anos no ramo. Em relação a questão referente à motivação, muitos responderam sentirem-se motivados, dois sentem-se pouco motivados e um apresenta desmotivação no trabalho.

Como exemplo pode-se citar o governo de Minas Gerais criou a Bolsa Reciclagem no ano de 2011, trata-se de um incentivo e reconhecimento do trabalho e dos colaboradores que atuam no processo de coleta, separação, enfardamento e comercialização dos materiais recicláveis. Os recursos são repassados a cada três meses às associações, 90% do recurso é destinado para os colaboradores e o restante, 10% devem ser utilizados nas despesas e aquisição de equipamentos e melhoria na infraestrutura das associações (SERVAS, 2013).

Para exercer a função, notou-se que poucos receberam treinamento, isto pode ser justificado pelo tempo hábil. O que vem sendo feito na Ascapabel é a transmissão de colaborador para colaborador de como deve ser efetuado a função de catação de materiais recicláveis e reutilizáveis. Ressalta-se a importância de cursos de técnicas e treinamento para manuseio e melhoria das habilidades, bem como de saúde e segurança no trabalho, dentre outros.

Para finalizar, a Tabela 1 apresenta as faixas de pontuação e a classificação socioeconômica que se encontram os colaboradores. Nota-se que que todos enquadram-se na classe baixa. A minoria, 21,43%, apresenta classificação socioeconômica em baixa inferior e o restante, 78,57%, em baixa superior.

Acredita-se que, buscando e proporcionando melhorias para qualidade de vida das famílias há possibilidade de elevação da classificação. Como o aumento de nível escolar, disponibilização de cursos técnicos e profissionalizantes e melhores condições de trabalho e a criação de programas e incentivos aos catadores (BRASIL, 2010).

Tabela 1: Sistema De Pontos Para Classificação Socioeconômica.

PONTOS	CLASSIFICAÇÃO	SIGLA	QUANTIDADE (%)
0 a 20	Baixa Inferior	BI	21,43
21 a 30	Baixa Superior	BS	78,57
31 a 40	Média Inferior	MI	0
41 a 47	Média	ME	0
48 a 54	Média Superior	MS	0
55 a 57	Alta	AL	0

Fonte: Autoria própria (2018).

Quando questionados sobre o que poderia melhorar a qualidade de vida, os colaboradores citaram como sugestões, primeiramente a mais mencionada, que tivessem carrinhos elétricos para o transporte do material coletado, assim exigindo menor esforço físico e diminuindo o tempo de deslocamento.

Em relação às demais sugestões de melhoria da qualidade de vida, apresentaram-se interessados na busca de conhecimento sobre assuntos técnicos/específicos da área profissional. Bem como, assuntos pessoais e gerais. Isso demonstra o interesse no crescimento intelectual, a vontade de aprender e utilizar os conhecimentos técnicos/específicos. Alguns citam a melhoria do ambiente de trabalho, possivelmente do layout e adequações estruturais. E também é mencionado a melhoria salarial.

Quando questionados sobre motivos para não ingressar no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos - CEBJA, apresentam as

justificativas de: (i) quando interessados pelo ingresso a instituição de ensino tinha que pagar pelos materiais e não possuía condições financeiras para isso; (ii) pensam em estudar, porém tem vergonha; (iii) falta de tempo; (iv) não tem interesse; e, (v) não vê motivos para não ingressar. Apesar do grande interesse por assuntos de cunho intelectual, alguns demonstram dificuldades em participar do CEBJA e nota-se o interesse em cursos rápidos com uma visão mais prática de ensino proporcionada a eles.

Os colaboradores relatam acreditarem que, essas ações possam contribuir com o aumento da renda, além de melhorar o trabalho em equipe na troca de conhecimento. Consideram como qualidade de vida: ter o reconhecimento da profissão; uma boa moradia, alimentação, saúde e educação.

Uma questão qualitativa fez referência a ação da pintura dos carrinhos, organizada em 2018 pelo projeto de extensão “Empreendedorismo social em Associações de Ativismo Social” em parceria com a ONG ‘Pimp my Carroça’. Houve o relato que a ideia de visibilidade e revitalização foi muito bem aceita. Desejam que os carrinhos possam ser motorizados e que a população seja sensibilizada sobre segregação dos resíduos. Acreditam que essas ideias contribuem para a melhoria do trabalho e também na motivação em trabalhar

Conclusões

A partir da análise dos indicadores sociais demonstrados neste estudo, com a classificação socioeconômica e demais informações, nota-se que a população amostral é de classe baixa, e é associada a autodeclararão de cor negra.

A educação é a forma mais viável para que as classes sociais econômicas se aproximem, desta forma como demonstrado nos resultados, percebe-se a intenção pelo avanço do nível escolar e melhoria na qualidade de vida a partir de tal. Aos que não possuem escolaridade ou que se encontra incompleta, uma sugestão é a possibilidade de ingressar no CEBJA Francisco Beltrão ou em cursos técnicos/específicos de outras instituições, como os disponibilizados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

A invisibilidade dos catadores como agentes de relevância social é ainda um obstáculo a ser vencido. A imagem desse profissional deve ser valorizada. Materiais recicláveis e reutilizáveis possuem valor agregado, geram empregos e renda. Ações que visem o reconhecimento social e que melhorem as condições de trabalho destes colaboradores devem ser implementadas.

Acredita-se que a valorização deve partir de toda a sociedade, recebendo incentivos e reconhecimento de forma efetiva, com o apoio governamental, entre parcerias do poder público e privado. Assumindo uma nova postura diante aos catadores. De forma a garantir os mesmos direitos e deveres como há em outras profissões. Percebeu-se que há uma

desvalorização dos materiais recicláveis e reutilizáveis, tal como a desvalorização do reconhecimento do profissional.

Ainda há muito a se estudar sobre esses indicadores para melhoria do empreendedorismo social. Esta organização social está em um patamar pouco visto pela sociedade, mas que possui grande relevância social e contribui para o desenvolvimento regional sustentável. Trabalhos como estes transparecem a importância da valorização do empreendedorismo social, a fim de atingir uma transformação social de grande impacto.

Sugerem-se estudos futuros que possam mapear outros indicadores sociais como instrumento de apoio ao empreendedorismo social. Assim como outras realidades regionais, com o objetivo de comparar de contextos regionais considerando as particularidades dos catadores de materiais recicláveis.

Referências

ALMEIDA, J. R., ELIAS, E. T., MAGALHÃES, M. A.; VIEIRA, A. J. D. Efeito da idade sobre a qualidade de vida e saúde dos catadores de materiais recicláveis de uma associação em Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 6, 2169-2179, 2009.

ALVORD, S. H.; BROWN, L. D.; W.LETTS, C. Social Entrepreneurship and Societal Transformation. **The Journal of Applied Behavioral Science**. v. 40, n.3. p. 260–282.

ARANTES, B. O., BORGES, L. O. Catadores de materiais recicláveis: cadeia produtiva e precariedade. **Rev. Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 65, nov/2013.

ARRUDA, M. Felicidade interna bruta: caminho para outro desenvolvimento. In: **Lucrar sem produzir: a primeira grande crise financeira do século 21**. 2009. Disponível em: <<http://www.dowbor.org/crise/08arruda.doc>>. Acesso em: 4 jan. 2009.

BARROS, V. A., PINTO, J. B. M. Reciclagem, trabalho e cidadania. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (Orgs.), **Catadores da Cena Urbana, construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 65-82, 2008.

BAUER, R. **Social indicators**. Cambridge, MIT Press, 1967.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: Ipea, n. 13, 1996.

BORTOLI, M. A. Catadores de recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Revista Katálysis**, v. 12, n. 1, p. 105-144, 2009.

BOSI, A. P. A organização Capitalista do Trabalho "informal": o caso dos catadores de materiais recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p. 101-116, 2008.

Revbea, São Paulo, V. 15, Nº 3: 143-162, 2020.

BRITTO, C. M. Sustainable community development: a brief introduction to the multi-modal systems method. **Systemic Practice and Action Research**, v. 24, n. 6, p. 509-521, 2011.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUSTELO, E. S. Planejamento e política social. *In*: Bromley, R.; Bustelo, E. S. **Política x técnica no planejamento**. São Paulo, Brasiliense/Unicef, p. 132-52, 1982.

CARLEY, M. **Indicadores sociais: teoria e prática**. Rio de Janeiro, 1985.

CARNEIRO, E. J.; CORREIA, P. A. A produção Social da Catação de Lixo. *In* V. H. Kemp; H. M. T. Crivellari (Orgs.), **Catadores da Cena Urbana, construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 133-154, 2008.

CASTILHOS Jr, A. B, RAMOS, N. F, ALVES, C.M, FORCELLINI, F.A.; GRACIOLLI, O.D. Catadores de materiais recicláveis: análise das condições de trabalho e infraestrutura operacional no Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 11, p. 3115-3124, 2013.

CAVALCANTE, F. S. Profissão perigo: percepção de risco à saúde entre os catadores do Lixão do Jangurussu. **Rev. mal-estar**. v. 7, n.1, p. 211-31, 2007.

CHOI, N.; MAJUMDAR, S. Social Entrepreneurship as an Essentially Contested Concept: Opening a New Avenue for Systematic Future Research. **Journal of Business Venturing**. v. 29. n. 3. p. 363–376, 2014.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (2002). Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

COCCO, L.J. M. Morbidade por causas externas em adolescentes de uma região do município de Porto Alegre, **Rev. Eletr. Enf.**, v. 12. n. 1, p. 89-97, 2010.

COMISSÃO NACIONAL DO MNCR (Brasília) (Org.). **Segunda Carta de Brasília**. 2017. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/principios-e-objetivos/segunda-carta-de-brasilia>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

DUARTE, C.R. *et al.* O projeto como metáfora: explorando ferramentas de análise do espaço construído. *In*: Duarte CR, Rheingantz PA, Azevedo G, Bronstein L. **O lugar do projeto no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo**, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/PROARQ, 2007.

FISCHER, T.; MAC-ALLISTER, M. **Gestão social e desenvolvimento territorial I: tema 2**. Bahia: Consórcio MBA-DRS, 2009.

GONÇALVES, D. B. Desenvolvimento sustentável: o desafio da nova geração. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 51, 2005.

GRACIANO, M. I. G.; LEHFELD, N. A. de S. Estudo socioeconômico: indicadores e metodologia numa abordagem contemporânea. **Serviço Social e Saúde**, v. 9, n. 1, p. 157-186, 2010.

GRANADOS, M. L. et al. Social Enterprise and Social Entrepreneurship Research and Theory. **Social Enterprise Journal**. v. 7. n. 3. p. 198–218, 2011.

HOLZ, S.; MONTEIRO, T. V. A. Política de habitação social e o direito a moradia no Brasil. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas** del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, maio/2008.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico**, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000010435610212012563616217748.pdf>>. Acesso: 15 jun. 2019.

INÁCIO, R. O. et al. **Desenvolvimento regional sustentável**: abordagens para um novo paradigma. 2013.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração**. v.36, n. 1, p. 51-72, 2005.

JANNUZZI, P. M; PASQUALI, F. A. Estimação de demandas sociais para fins de formulação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV. v. 33, n. 2, p.75-94, 1999.

JESUS, P, Pe M. C. et al. Avaliação da qualidade de vida de catadores de materiais recicláveis. **Rev. Eletr. Enf.**, v. 14. n. 2. p. 277-85, 2012.

JUNQUEIRA, R. G. P. Agendas sociais: desafio da intersetorialidade na construção do desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 6, p. 131-158, nov./dez. 2000.

KEMP, V. H. **Práticas Associativas da Economia Solidária e Laço Social**. Tese de Doutorado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 249, 2001.

KOWARICK, L. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. 2009.

MAIR, J.; BATTILANA, J.; CARDENAS, J. Organizing for Society: A Typology of Social Entrepreneurship Models. **Journal of Business Ethics**. v. 111, n. 3, p. 353–373, 2012.

MEDEIROS, L. F. R; MACEDO, K. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Revista Psicologia e Sociedade**. v. 18, n. 2, p. 62-71, 2006.

Revbea, São Paulo, V. 15, Nº 3: 143-162, 2020.

MELO NETO, F. P. de; FROES, C. **Empreendedorismo social**: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MOISÉS, P. M. O trabalho na economia solidária: estudo de caso sobre a rotatividade em uma associação de reciclagem. **Dissertação** de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, p. 163, 2009.

MOURA, M. S. et al. **Desenvolvimento local sustentável**: o que sinalizam as práticas. In: EnANPAD – Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2002, Salvador. *Anais...* Salvador, 2002.

MONTENEGRO, D. M. Trabalho, lixo e lucro: precariedade do trabalho no circuito econômico da reciclagem. In: **Anais** do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: diversidades e (des)igualdades. Salvador. Universidade Federal da Bahia, 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308335335_AR_QUIVO_TRABALHOCO_MPLETO-XICONGLUSOAFROBRASCSOCIAIS.pdf>. Acesso em 20 jun. 2019.

MOVIMENTO NOSSA SÃO PAULO. **Histórico da construção do Irbem**. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/irbem>>. Acesso em: 5 fev. 2010.

NEWTN, J.; WOODS, C. Resistance to Social Entrepreneurship: How Context Shapes Innovation. **Journal of Social Entrepreneurship**. v. 5. n. 2. p. 192–213, 2014.

PEREIRA, Raquel S. **Desenvolvimento sustentável como responsabilidade social das empresas** – um enfoque ambiental. São Paulo: Lorosae, 2002.

PEREDO, A. M.; M. MCLEAN. Social Entrepreneurship: A Critical Review of the Concept. **Journal of World Business**. v. 41. n. 1. p. 56–65, 2006.

RIOS, C. M.; FONSECA, A. R. Lixo e Cidadania: um estudo sobre catadores de recicláveis em Divinópolis. **Cadernos da Pós-Graduação Contemporâneo**. 2008. Disponível em: <http://www.funedi.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1123&Itemid=518>. Acesso em: 29 jan. 2014.

ROOS, D.; CARVALHAL, M. D.; RIBEIRO, S. Q. A precariedade do trabalho dos catadores de material reciclável no oeste paranaense e a dinâmica estratégica da reprodutividade do capital. **Revista Pegada**, v. 11 n. 2. p. 44-53, 2010

ROZMAN, M. A. et al. HIV infection and related risk behaviors in a community of recyclable waste collectors of Santos, Brazil. **Rev Saúde Pública**. v. 42. n. 5 p. 838-43, 2008.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, F. M. A Positive Theory of Social Entrepreneurship. **Journal of Business Ethics**. v.111, n. 3, p. 335–351, 2012.

SEN, A. K. Ética da Empresa e Desenvolvimento Econômico. In: CORTINA, Adela O. (Org.). **Construir confiança**: ética da empresa na sociedade da informação e das comunicações. São Paulo: Loyola, 2003.

SERVAS. **Bolsa Reciclagem remunera catadores de material reciclável**. 2013. Disponível em: <<http://www.servas.org.br/5970/imprensa/bolsa-reciclagem-remunera-catadores-de-material-reciclavel.aspx>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

SILVA, A. P. A economia solidária e a qualificação social dos trabalhadores empobrecidos. **Dissertação** de mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale dos Sinos, 158p, 2007.

SILVA, M. C. Trabalho e saúde dos catadores de materiais recicláveis em uma cidade do Sul do Brasil. 2007. 220p. **Tese** (Doutorado em Epidemiologia) - Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <<http://www.epidemioufpel.org.br/uploads/teses/tese%20marcelo%20cozzensa.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

SINGER, P. Economia solidária. In A. D. Cattani (Org.), **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores. p. 116-125, 2003.

UN (United Nations). **Handbook of social indicators**. New York, 1988.

WADDOCK, S.; STECKLER, E. Visionaries and Wayfinders: Deliberate and Emergent Pathways to Vision in Social Entrepreneurship. **Journal of Business Ethics**. v. 133, n. 4, p. 719–73, 2016.

ZAHRA, S. et al. A Typology of Social Entrepreneurs: Motives, Search Processes and Ethical Challenges. **Journal of Business Venturing**. v. 24, n. 5, p. 519–532, 2009.